

XI Encontro JUTRA - O Direito do Trabalho de mãos dadas – A indispensável solidariedade,
sempre

26 a 27 de março de 2015, Faculdade de Direito, FOCCA, Olinda - PE

Grupo de Trabalho 1: A neo flexibilização e a violação – ou não – ao princípio da
solidariedade

**O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE COMO GARANTIA DA DIGNIDADE
HUMANA NO EXERCÍCIO DO *JUS POSTULANDI* NA CENTRAL DE
ATENDIMENTO DO TRT8 BELÉM**

Ciro BRITO

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Passagem Rosane, 70, 66.093-440, Marco, Belém-PA

+55 91 98252 8662

cirosbrito@gmail.com

Ciro BRITO é graduando do 9º semestre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é bolsista de iniciação científica do projeto “Povos e comunidades tradicionais no campo jurídico: mobilizações políticas pelos direitos relativos ao conhecimento associado ao patrimônio genético”, financiado pelo CNPq Humanas, e extensionista voluntário do projeto “Direito de Nossas Crianças e Adolescentes”, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Tem interesse em Novos Direitos, dentre os quais o direito previdenciário e o direito do trabalho. Já estagiou na Central de Atendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região Belém, onde atendia reclamantes pelo *jus postulandi*. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2986919905268765>.

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada a partir de experiência do autor em estágio na Central de Atendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém. A partir da construção histórica da ideia solidarista, por meio de lutas de movimentos sociais e o ideal clássico, constrói-se o princípio da solidariedade, que é absorvido por legislações internas e internacionais, como se percebe, por exemplo na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção 169 da OIT. Nesta esteira, há forte vínculo com a dignidade humana, norteadora do ordenamento jurídico brasileiro, por sua posição de destaque no exercício dos direitos e deveres nas relações de trabalho e no direito à honra. Promovendo a justiça, o Judiciário, por meio do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém criou a Central de Atendimento, para atender o *jus postulandi*, instituto pelo qual as partes tem o direito de demandar ou defender-se em juízo, praticando atos processuais pessoalmente, independente da constituição de advogado. Este setor garante aos trabalhadores sem condições econômicas de contratar advogado a busca por seus direitos trabalhistas, garantindo sua dignidade e, por conseguinte, acionando o princípio da solidariedade.

Palavras-chave: Solidariedade. Dignidade. *Jus postulandi*.

ABSTRACT

This work is the result of research conducted from author's experience on internship in the Contact Center of the Regional Labor Court of the 8th Region in Belém. From the historical construction of solidarity idea through social movements and struggles the classical ideal, the principle of solidarity is built, which is absorbed by domestic and international laws, as noted, for example in the Universal Declaration of Human Rights and the ILO Convention 169. On this track, there is a strong link with human dignity, guiding the Brazilian legal system, by its prominent position in the exercise of rights and duties in labor relations and the right to honor. Promoting justice, the judiciary, through the Regional Labor Court of the 8th Region in Belém created the Contact Center to attend *jus postulandi*, institute by which the parties have the right to sue or defend in court, taking actions procedural personally, regardless of the legal constitution. This sector guarantees to workers without economic position to hire a lawyer to search for their labor rights, ensuring their dignity and therefore triggering the principle of solidarity.

Key-words: Solidarity. Dignity. *Jus postulandi*.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir da experiência do autor como estagiário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no setor de atermção (Central de Atendimento), onde intermediava, com auxílio de servidores, o *jus postulandi* de reclamantes que tinham seus direitos trabalhistas violados e não tinham condições econômicas de contratarem advogado.

Procedeu-se revisão bibliográfica de literatura, do regulamento do TRT8 e de legislação e jurisprudência brasileira, com o objetivo de analisar o princípio da solidariedade como garantidor da dignidade humana dos reclamantes que utilizam o *jus postulandi* por meio da Central de Atendimento do TRT8 Belém.

A partir da construção histórica da ideia solidarista desde a Antiguidade e sua corporificação às legislações internas e internacionais, no Brasil, o princípio da solidariedade tem caráter normativo constitucional, sendo vinculado ao bem comum, por meio da busca da igualdade e justiça social.

A dignidade humana é analisada em seu caráter de proteção à honra do trabalhador e de garantidora de direitos e deveres exteriorizados nas relações de trabalho. Nesta esteira, o *jus postulandi* é meio de acesso a dignidade e, por conseguinte, da solidariedade, ao que possibilita ao reclamante o acesso a Justiça, sem gastos monetários. Por fim, apresenta-se a Central de Atendimento, por meio de suas incumbências regulamentares e da experiência do autor no período de estágio.

1 O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

Conforme Luciana Helena Brancaglione (2011), a ideia solidarista vem de lutas sociais e foi engendrada historicamente a partir de movimentos de reconhecimento dos direitos fundamentais. Há estudos que demonstram que a ideia solidarista está presente desde a Antiguidade Clássica, por meio das lições de Sócrates e Aristóteles, que objetivaram demonstrar a necessidade e a viabilidade de uma convivência social justa e harmoniosa, seguindo a tendência ideológica da generalidade em contraposição à individualista.

Para o pensamento clássico, o homem é um animal político, e a sociedade política é elemento da sociabilidade humana¹, com reflexos diretos para o Direito.

Reginaldo da Luz Ghisolfi² recorda:

¹ FARIAS, José Fernando de Castro. *A origem do direito de solidariedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 52.

[...] o fato de que os juristas romanos dos períodos clássicos e pós-clássicos centraram na pessoa a própria razão de ser do Direito, sem que houvesse uma separação de caráter absoluto, dicotômica, entre as coisas humanas e divinas.

[...]

Nos fundamentos do Direito Romano encontram-se ensinamentos de natureza humanista, como os de Hermogeniano (Séc. IV) ao declarar que *omne jus constitutum est causa hominum*, que significa, de acordo com José Cretella Júnior, “toda a ordem jurídica é estabelecida por causa dos homens”.

A partir do século XVIII houve grandes transformações na Europa e nos Estados Unidos, em reação as atividades exploratórias da força de trabalho operária pelos capitalistas que implicou no aumento da miséria humana, fazendo o homem perceber que lutar coletivamente é mais benéfico e que o individualismo o enfraquece (Brancaglione, 2011).

Apesar disto, a grande tomada de consciência de que a solidariedade é um valor essencial sem o qual a dignidade da pessoa humana não se desenvolve somente surgiu com os movimentos de constitucionalização dos direitos humanos, a partir do século XX (Brancaglione, 2011).

Somente a partir de então todo o pensamento sociológico, político e filosófico acerca da solidariedade passa a se caracterizar pela concretude jurídica contidas nas legislações internas e internacionais, tendo seu ápice na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brancaglione, 2011).

Mas, afinal, qual o conceito do princípio da solidariedade?

Seguindo a etimologia da palavra, segundo o Novo Dicionário Aurélio³, é o

vínculo jurídico entre os credores (ou entre os devedores) duma mesma obrigação, cada um deles com direito (ou compromisso) ao total da dívida, de sorte que cada credor pode exigir (ou cada devedor é obrigado a pagar) integralmente a prestação objeto daquela obrigação.

Thais Novaes Cavalcanti⁴ liga a concepção de solidariedade ao comportamento humano, apontando que:

A solidariedade significa uma atitude de interesse pelo sofrimento alheio, um tipo de relação em que a pessoa só se realiza na medida em que se empenha na realização do outro, uma postura social que parte da consciência de que do empenho de cada um depende o bem-estar de todos.

Neste sentido, Plácido e Silva⁵ completa:

No sentido jurídico, a solidariedade, igualmente, configura a *consolidação em unidade de um vínculo jurídico* diante da pluralidade de sujeitos ativos ou passivos de uma obrigação, a fim de que somente se possa cumprir por inteiro ou *in solidum*.

² GHISOLFI, *op. cit.*, 2003, p. 201-202.

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda e J. E. M. M. Editores LTDA. *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1607.

⁴ CAVALCANTI, Thais Novaes. A solidariedade compreendida como amor na verdade: ação moral e fundamento para as relações econômicas. In: SANTOS, Antônio Carlos Alves dos... [et al.] (Org). *Economia e vida na perspectiva da Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010, p. 19.

⁵ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 1313.

Por essa razão, juridicamente, a solidariedade vem assinalar o modo de ser de um direito, ou de uma obrigação, que não podem ser fracionados e devem ser sempre considerados em sua totalidade. Assim, mesmo que, aparentemente, a solidariedade procure definir uma responsabilidade ilimitada, como é o caso da que se impõe aos sócios das sociedades em nome coletivo, essa ilimitação de responsabilidade não vai além da totalidade das obrigações sociais. Claramente, pois, tem o sentido de uma responsabilidade dentro de um todo, ou de um conjunto total de obrigações que se *solidificam* para determinar o âmbito da respectiva solidariedade.

A solidariedade tanto pode referir-se à pluralidade de credores, como à pluralidade de devedores. E daí a evidência da *solidariedade ativa* e da *solidariedade passiva*, conforme se fundam em uma pluralidade de relações subjetivas ou na unidade objetiva da prestação.

Em princípio, a solidariedade não se presume: deve ser sempre expressa ou promanar da vontade inequívoca e explícita das partes, ou decorrer de imposição legal.

Brancaglione (2011, p. 53) define solidariedade como:

uma norma constitucional [...] ligada à consciência de responsabilidade de cada um com o bem comum e o meio em que vive. É corporificada pelo dever de ação ou de abstenção de todos os atores sociais [...] de aplicação imediata ou mediata pelo conteúdo de outras normas do ordenamento jurídico (constitucionais ou infraconstitucionais), bem como por ações do Estado na adoção de medidas de equilíbrio e alcance da igualdade e justiça sociais, com o objetivo de refletir diretamente na construção do bem comum ou, ainda, pela geração de fundamento interpretativo para a manutenção da convivência pacífica entre as pessoas.

Internacionalmente, o princípio da solidariedade tem presença forte, dentre outras fontes, na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que o destaca já em seu preâmbulo:

Considerando que a paz para ser universal e duradoura deve assentar sobre a justiça social;

Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando que é urgente melhorar essas condições no que se refere, por exemplo, à regulamentação das horas de trabalho, à fixação de uma duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento da mão-de-obra, à luta contra o desemprego, à garantia de um salário que assegure condições de existência convenientes, à proteção dos trabalhadores contra as moléstias graves ou profissionais e os acidentes de trabalho, à proteção das crianças, dos adolescentes e das mulheres, às pensões de velhice e de invalidez, à defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro, à afirmação do princípio “para igual trabalho, mesmo salário”, à afirmação do princípio de liberdade sindical, à organização do ensino profissional e técnico, e outras medidas análogas;

Considerando que a não adoção pro qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano cria obstáculos aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a sorte dos trabalhadores nos seus próprios territórios.

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES, movidas por sentimentos de justiça e humanidade e pelo desejo de assegurar uma paz mundial duradoura, visando os fins enunciados neste preâmbulo, aprovam a presente Constituição da Organização Internacional do Trabalho⁶.

⁶ SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT e outros tratados*. São Paulo: LTr, 2007, p. 14-15.

Atreladas à ideia solidarista estão as acepções de fraternidade teológica⁷ e os direitos humanos, entendidos à luz da democracia, da responsabilidade social, da justiça, da ética e do bem comum.

2 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Como fundamento do Estado Democrático de Direito, a dignidade humana norteia todo o ordenamento jurídico brasileiro. Embora não seja peculiar ao Direito do Trabalho, a dignidade é conceituada como um conjunto de atributos identificador da pessoa humana, que a distingue de outros seres vivos. Após a 2ª Guerra Mundial, no Brasil, ela adquiriu reconhecimento constitucional, abrindo o título dos princípios fundamentais na atual Constituição Federal (art. 1º, inciso III) (Barros, 2013).

Segundo Alice Barros (2013), a dignidade humana ocupa posição de destaque no exercício dos direitos e deveres que se exteriorizam nas relações de trabalho e aplica-se em várias situações, principalmente, para evitar tratamento degradante do trabalhador. Ela é invocada também para dotar de alcance o direito à honra, que confere ao seu titular proteção diante do tratamento humilhante e desprezível. A dignidade da pessoa humana constitui, portanto, o núcleo intangível do direito à honra, cujo conceito depende de fatos, ideia e valores que estão presentes numa sociedade em determinado momento histórico.

A natureza do Texto Constitucional impõe ao Poder Público ação, no sentido de tornar efetivo referido direito, permitindo a todos e, especialmente, as camadas mais carentes da população, o acesso aos bens e serviços que ajudem a compor o perfil de dignidade da pessoa humana (Delgado, 2009).

Nesse compasso, revela-se, dentre as ações que devem ser implementadas, a tarefa de garantir o efetivo acesso à Justiça, sendo que isto não é cumprido apenas com a criação e instalação de órgãos judiciais capazes de suportar o número de demandas da sociedade, mas, também, pela efetiva disponibilização de mecanismos que permitam que todas as pessoas (carentes ou não) superem os obstáculos materiais para terem acesso à orientação sobre seus direitos e os meios e maneiras disponíveis para sua implementação e usufruto. É o caso do *jus postulandi*.

⁷ Em síntese, “noção advinda do pensamento teológico, que assevera haver uma raiz fraterna comum que direciona o agir humano para a participação de todos na busca pelo bem-estar geral” (Brancaglione, 2011, p. 32).

3 OS DIREITOS HUMANOS COMO CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE

Nas ideias de Brancaglione (2011), a solidariedade estabelece uma relação muito íntima com os direitos humanos, porque tem, ao final, o grande escopo de protegê-los, de garantir sua manutenção. É por meio da aplicação do princípio da solidariedade, com respeito mútuo e o pensar coletivo, que se concretiza a realização dos direitos humanos.

A noção de justiça tem se modificado ao longo da história e o Judiciário tem assumido diferentes papéis frente às novas demandas sociais. Explica José Carlos Evangelista de Araújo⁸ que:

Com base em sua normatividade, devem os poderes estatais – mas, sobretudo o Poder Judiciário – gerar respostas apropriadas a cada situação objetivamente considerada, a partir de um plano genérico e abstrato, delineado pelo “pacto constituinte”.

[...]

Daí por que a busca, no interior do próprio sistema constitucional – sem recorrer a expedientes supralegais ou extraconstitucionais –, de mecanismos normativos capazes de propiciar a superação de certos impasses, preservando-se aquilo que foi acordado no plano valorativo, axiológico, pelo pacto fundamental posto pelo constituinte originário. Daí encontrarmos no próprio sistema constitucional os elementos propiciadores de uma justiça material/substancial.

Assim, Brancaglione (2011) assevera que a solidariedade, como linha entrelaçadora das relações em sociedade, é um princípio fundamental que serve de guia orientadora do comportamento do indivíduo e fonte inspiradora para todo o arcabouço jurídico, ampliando o espectro de sua utilidade em diversos aspectos do ordenamento, inclusive do Direito do Trabalho. Por sua natureza, o Direito Privado, ramo no qual está inserido o Direito do Trabalho, resiste à aplicação solidarista, por conta da relação ao contrato, no qual sobrepõe-se o interesse empresarial diante do interesse da classe trabalhadora.

Por ser de natureza alimentar, o direito do trabalho justifica ainda mais a investigação e a busca por soluções que se consubstanciem em garantia ampla de respeito à dignidade humana nas relações do capital com o trabalho.

É importante mencionar que os direitos trabalhistas são tidos como fundamentais, diante do texto constitucional que os congrega. Além disso, a doutrina que propugna sua aplicabilidade imediata ganha força com a explicação de Ingo Wolfgang Sarlet⁹, para quem:

[...] no capítulo reservado aos direitos fundamentais sociais em nossa Constituição foram contempladas algumas posições jurídicas fundamentais similares (pela sua função preponderantemente defensiva e por sua estrutura

⁸ ARAÚJO, José Carlos Evangelista de. *Ações afirmativas e Estado Democrático de Direito*. São Paulo: LTr, 2009, p. 150.

⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 110.

jurídica) aos tradicionais direitos de liberdade, como plasticamente dão conta os exemplos do direito de livre associação sindical (art. 8º) e do direito de greve (art. 9º), normas cuja aplicabilidade imediata parece incontestável, o que por outro lado, também se aplica a diversos dos direitos dos trabalhadores elencados no art. 7º e seus respectivos incisos. Por estas razões, há como sustentar, a exemplo do que tem ocorrido na doutrina, a aplicabilidade imediata (por força do art. 5º, §1º, de nossa Lei Fundamental), de todos os direitos fundamentais constantes do Catálogo (arts. 5º a 17), bem como os localizados em outras partes do texto constitucional e nos tratados internacionais.

4 O PRINCÍPIO DO *JUS POSTULANDI*

O *jus postulandi* ou *ius postulandi*, locução latina que indica o direito de falar no processo em nome das partes (Martins, 2013), é um princípio do direito processual do trabalho concebido para facilitar o acesso do trabalhador ao judiciário, ao que dá as partes o direito de demandar ou defender-se em juízo, praticando atos processuais pessoalmente, independente da constituição de advogado. Este princípio encontra-se consubstanciado no art. 791 da CLT, que aduz “os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final”.

Combinado com o art. 791, a alínea *a* do art. 839, da CLT salienta que a reclamação trabalhista poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores pessoalmente, ou por seus representantes e pelos sindicatos de classe.

A capacidade postulatória direta da parte, independentemente de advogado, tem como objetivo inicial superar, em uma ponta, a carência de advogados e, na outra, o alto custo que envolve a contratação de um advogado particular (Martins, 2013).

Avulta notar que o *jus postulandi* não é exclusividade do Brasil. No exterior, é aplicado nos Estados Unidos e na Europa, em particular nas demandas de interesse do consumidor (Pinheiro, 2009).

4.1 Histórico

Conforme Pinheiro (2009), quando Getúlio Vargas assumiu o poder, no início da década de 30, por possuir uma visão inclinada à proteção do trabalhador, criou o Ministério do Trabalho e instituiu as Comissões Mistas de Conciliação, para buscar a solução para os conflitos coletivos, e as Juntas de Conciliação e Julgamento, para buscar a solução para os conflitos individuais.

Cabia às Comissões Mistas somente conciliar, não dispondo do poder de impor. Às Juntas, por sua vez, que eram órgãos meramente administrativos, cabia impor a solução dos conflitos. Elas, no entanto, não tinham competência para executar as decisões, atribuição dos Procuradores do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), que iniciavam a execução junto à Justiça Comum.

Nessa época, somente os empregados sindicalizados podiam utilizar-se do *jus postulandi* perante as Juntas. Os que não eram sindicalizados deviam levar suas demandas para apreciação junto à Justiça Comum. Assim, incentivava-se a sindicalização dos trabalhadores.

Ainda nesse período, foi instituída a Legislação Trabalhista de Base, unificada em 1943 nas Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), que é a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e ao Direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas.

4.2 Jurisdição

Renato Saraiva (2011), delimitando a abrangência do instituto, destaca que, em função do *jus postulandi*, reclamante e reclamado poderão atuar sem a presença de advogados, perante os juízos de primeiro grau e também Tribunais Regionais.

A atuação perante o TST, contudo, não segue esta regra, conforme o entendimento de Súmula do próprio Tribunal.

Súmula nº 425 - TST - Res. 165/2010 - DeJT divulgado em 30.04.2010 e 03 e 04.05.2010

JUS POSTULANDI. JUSTIÇA DO TRABALHO. ALCANCE. LIMITAÇÃO. O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

É como se posiciona Carlos Henrique Bezerra Leite (2013), ao afirmar que no processo do trabalho, o *jus postulandi* das próprias partes só pode ser exercido perante a Justiça do Trabalho. E, no momento em que se esgota a “jurisdição trabalhista”, a parte deverá necessariamente estar representada por advogado. Logo, o *jus postulandi* não prevalece na esfera do TST.

Em caso de eventual recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, ou mesmo recurso encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (para examinar, por exemplo,

conflito de competências), também deve ele ser subscrito por advogado, sob pena de o apelo não ser conhecido (Saraiva, 2011). Em síntese, o *jus postulandi* somente prevalecerá nas instâncias ordinárias.

4.3 A controvérsia sobre a competência do *jus postulandi* nas relações de trabalho

Há discordância acerca do cabimento do *jus postulandi* ao trabalhador que não mantém ou manteve relação de emprego com determinada empresa, mas sim relação de trabalho.

Nesta esteira, Carlos Henrique Bezerra Leite (2013, p. 455) destaca:

Vale dizer se os sujeitos da lide não forem empregado ou empregador, não poderão, em linha de princípio, exercer o *jus postulandi*. Logo, para as ações trabalhistas não oriundas da relação de emprego, a representação das partes por advogado passará a ser obrigatória.

Na mesma esteira, Renato Saraiva (2011, p. 39) aduz:

Entendemos que o *jus postulandi* da parte é restrito às ações que envolvam relação de emprego, não se aplicando às demandas referentes à relação de trabalho distintas da relação empregatícia.

E, também, Sergio Pinto Martins (2013, p. 196):

Não haverá a possibilidade de as partes postularem e dissídio individual sem advogado, quando não tenham a qualidade de empregado e empregador (...). O mesmo ocorrerá em relação aos dependentes do empregado falecido, para haver os direitos do *de cuius*.

Diferentemente de Leite, Saraiva e Martins, o Enunciado n. 67 aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizado em Brasília-DF, nos dias 21 a 23.11.2007, propõe interpretação extensiva do instituto do *jus postulandi* às lides oriundas da relação de trabalho, nos seguintes termos:

JUS POSTULANDI. ART. 791 DA CLT. RELAÇÃO DE TRABALHO. POSSIBILIDADE. A faculdade de as partes reclamarem, pessoalmente, seus direitos perante a Justiça do Trabalho e de acompanharem suas reclamações até o final, contida no art. 791 da CLT, deve ser aplicada às lides decorrentes da relação de trabalho.

5 O EXERCÍCIO DO *JUS POSTULANDI* NA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO TRT8 BELÉM

A Constituição Federal garante aos hipossuficientes a assistência jurídica gratuita, conforme preconiza o inciso LXXIV, do art. 5º, CF/88, *in verbis*: "*O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*", sendo que este direito não pode apenas ser compreendido como permissão dado ao trabalhador de sozinho ingressar em juízo. A assistência de um profissional do direito, antes e

durante o ajuizamento da demanda, completa a integralidade imposta pelo texto constitucional, reduzindo as desigualdades existentes materialmente entre partes (art. 3º, III da CF) perante o Poder Judiciário.

Com efeito, alguns Tribunais Regionais do Trabalho, como é o caso do TRT da 8ª Região em Belém, com o intuito de materializar e operacionalizar o instituto do *jus postulandi* criaram setores denominados de “Setores de Atermação”, onde o reclamante dirige-se e expõe os motivos de sua demanda verbalmente. Suas informações são reduzidas a termo, que servirá como petição inicial da reclamação.

Setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém-PA, a atermação é feita pela Central de Atendimento, que é órgão estratégico coordenado pelo Foro Trabalhista de Belém, com finalidade de gerenciar a recepção e atendimento aos usuários, orientação e/ou tomada de reclamações verbais, recebimento, autuação, distribuição e notificação inicial dos feitos, protocolo de petições e fornecimento de certidões, tomando as providências cabíveis para distribuição ao Juízo competente¹⁰.

Em Belém, o TRT8 conta com a Central de Atendimento, que se compõe de uma equipe de servidores técnicos judiciários e estagiários do curso de Direito, atuando especificamente no atendimento ao público, triagem, orientação jurídica, atermação das reclamações trabalhistas e acompanhamento processual. Aterma-se reclamações oriundas tanto das relações de emprego, como das relações de trabalho.

O serviço prestado é cem por cento gratuito, tendo os reclamantes que levar apenas documentos de identificação pessoal, dados da parte reclamada e os documentos que comporão as provas do processo.

A atermação do TRT8 Belém limita-se às reclamações trabalhistas, alvarás judiciais e ações de consignações de pagamento, não sendo oferecido o serviço de contestação ou atermação de recursos ao Tribunal. Porém, respeitando o próprio conceito do princípio, as partes podem fazê-lo pessoalmente, protocolando essas peças diretamente na Central de Atendimento.

Neste setor, os reclamantes, ao chegarem, recebem senhas e aguardam atendimento. Ao serem chamados, dirigem-se ao guichê de atendimento, onde contam o motivo que os levou até ali para um tomador de reclamação, que pode ser um servidor ou um estagiário supervisionado por um servidor. Então, elabora-se a reclamação trabalhista, que é peticionada no sistema eletrônico do PJE, gerando, de imediato, número de processo, vara trabalhista que

¹⁰ Art. 69, Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

o julgará e data e hora da audiência inaugural. Ao fim do atendimento, é dada cópia do processo ao reclamante, que é instruído acerca dos procedimentos posteriores a serem tomados, e o reclamante retorna quando da data de sua audiência.

Segundo o art. 70 do Regulamento do TRT8, competem à Central de Atendimento:

I – distribuir os feitos às Varas do Trabalho de Belém e proceder à tomada de reclamações, de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor;

(...)

II – tomar por termo as reclamações verbais, e receber as apresentadas por escrito, após confirmados os dados lançados no Serviço de Pré-cadastro de iniciais, fazendo os respectivos registros;

(...)

XII – prestar informações aos órgãos do Tribunal, às partes e interessados, sobre os processos com tramitação neste Tribunal; XVII – exercer outras finalidades inerentes à sua finalidade.

A Central de Atendimento está sempre se renovando e buscando atualização, tendo, com frequência, treinamentos e cursos para estagiários e servidores, ministrados por juízes e professores de direito do trabalho. Ademais, além dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os integrantes da Central devem obedecer as seguintes diretrizes básicas, segundo art. 2º do Regulamento interno do TRT8: promoção de serviços adequados, assim considerados os prestados com qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, economicidade, cortesia no atendimento e atualidade.

CONCLUSÃO

A ideia solidarista nasce a partir de lutas de movimentos sociais em busca de reconhecimento de direitos fundamentais. Com origem na Antiguidade, ela centra o direito na pessoa humana. A partir do século XVIII, agrega-se à ideia clássica a de que a luta coletiva é mais benéfica para o homem do que a individual. A partir daí o pensamento sociológico, político e filosófico acerca da solidariedade passa a se caracterizar pela concretude jurídica contida nas legislações em âmbitos interno e internacional (Brancaglione, 2011).

No Brasil, a solidariedade é norma constitucional principiológica ligada à consciência do bem comum e corporificada pelo dever de ação/omissão de todos em busca da adoção de medidas de equilíbrio e alcance de igualdade e justiça social, conforme destacado no preâmbulo da Convenção 169 da OIT. Ademais, é linha entrelaçadora das relações sociais, guia orientadora do comportamento do indivíduo e fonte inspiradora para todo o arcabouço jurídico, incluindo o direito do trabalho (Brancaglione, 2011). Sendo assim, deve estar presente nas relações entre os atores do direito do trabalho, devem orientar os seus comportamentos e devem inspirar o processo legislativo trabalhista.

Apesar das dificuldades de inserção do ramo do direito privado, o qual está inserido o direito do trabalho, que resiste à aplicação solidarista, por conta da relação do contrato, no qual se sobrepõe o interesse empresarial diante do interesse da classe trabalhadora; a solidariedade se faz presente por meio de vários elementos e institutos do direito do trabalho, entre os quais o do *jus postulandi*, garantido pela dignidade humana.

Nesta esteira, tem forte vínculo com a dignidade humana, princípio norteador do ordenamento jurídico nacional, que abarca um conjunto de atributos identificadores da pessoa humana (Barros, 2013); por sua posição de destaque no exercício dos direitos e deveres que se exteriorizam nas relações de trabalho. A solidariedade tem o escopo de proteger os direitos humanos e garantir sua manutenção, por meio do respeito mútuo e o pensar coletivo (Brancaglione, 2011). É invocada também no pertinente ao direito à honra, protegendo seu titular de tratamento humilhante e desprezível (Barros, 2013).

A Justiça deve priorizar a dignidade e um dos meios para tal é o *jus postulandi*. O *jus postulandi* é um princípio do direito do trabalho, consubstanciado no art. 791 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que dá as partes o direito de demandar ou defender-se em juízo sem a presença de advogado. Assim, busca-se assegurar uma melhor tutela jurisdicional, principalmente para o trabalhador, parte hipossuficiente da relação laboral.

Nesta esteira, Tribunais brasileiros criaram setores específicos de materialização e operacionalização do *jus postulandi*, onde as partes podem, verbalmente, ter suas reclamações atermadas e utilizarem do princípio na prática.

No Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém-PA, na Central de Atendimento, o exercício do *jus postulandi* garante ao reclamante, que não tem condições de contratar um advogado, a sua dignidade, ao efetivar o seu direito constitucional de ter seus direitos trabalhistas assegurados e lhe garantir a sua honra. É neste diapasão também que se observa o princípio da solidariedade, corporificado ao dever do Judiciário de tomar medidas em busca do equilíbrio e alcance da igualdade e justiça social.

Percebe-se, portanto, que o princípio da solidariedade, resultado de uma construção histórica é fruto de constante evolução e tem flexibilização quando entendido na correlação com outros princípios, neste caso os do *jus postulandi* e o da dignidade humana. Sua violação, sem dúvida, é maléfica para os objetivos resguardados na Constituição Brasileira de 1988. Contudo, sua observação, como no caso do presente estudo é forma garantidora do bem comum dos reclamantes que utilizam o *jus postulandi* no TRT8 Belém.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Carlos Evangelista de. *Ações afirmativas e Estado Democrático de Direito*. São Paulo: LTr, 2009.
- BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.
- BRANCAGLIONE, Luciana Helena. *A aplicação do princípio da solidariedade no direito do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.
- BRASIL. Advocacia Geral da União. Enunciado 67, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizado em Brasília-DF nos dias 21 a 23.11.2007. Disponível em <http://www.agu.gov.br/sumulas>. Acesso em 25.02.2015.
- _____. Consolidação das Leis Trabalhistas. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 25.02.2015.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25.02.2015.
- _____. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Regulamento TRT8. Disponível em http://www.trt8.jus.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=198. Acesso em 15.07.2014.
- _____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 425. Disponível em http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-425. Acesso em 25.02.2015.
- CAVALCANTI, Thais Novaes. A solidariedade compreendida como amor na verdade: ação moral e fundamento para as relações econômicas. In: SANTOS, Antônio Carlos Alves dos. [et al.] (Org). *Economia e vida na perspectiva da Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- FARIAS, José Fernando de Castro. *A origem do direito de solidariedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda e J. E. M. M. Editores LTDA. *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOFMANN, H. *Apud GUTIÉRREZ GUTIÉRREZ, Ignacio. Dignidad de la persona y derechos fundamentales.* Madrid: Marcial Pons, 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho.* 11. ed. São Paulo: LTr, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito processual do trabalho.* 34. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PINHEIRO, Rosana Maria Uchoa. *A manutenção ou a extinção do jus postulandi na Justiça do Trabalho.* Belém: UNAMA, 2009.

SARAIVA, Renato. *Curso de direito processual do trabalho.* 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

_____. *Processo do Trabalho. Série Concursos Públicos.* Coordenação Misael Montenegro Filho. 4. ed. São Paulo: GEN| Método, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico.* Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT e outros tratados.* São Paulo: LTr, 2007.